

REVOLUÇÕES NARRATIVAS: CONSIDERAÇÃO DE ATUALIDADE NO SUJEITO E NA PSICANÁLISE

MARIA CRISTINA POLI 

Maria Cristina Poli¹

Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano do Rio de Janeiro. Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora e orientadora no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo aborda as modificações narrativas que têm operado no âmbito da moral sexual civilizada e suas interseccionalidades, de raça e história colonial, bem como seus impactos na produção de subjetividades. Denominamos “narrativas” os modos como se presentificam no laço social – geralmente de forma inconsciente – certas leituras e interpretações sobre as relações do sujeito com o corpo próprio e com o Outro. Concebendo a psicanálise como uma prática, uma teoria e um método investigativo, trata-se de investigar o lugar e função de tais narrativas, sua estrutura ficcional e seus efeitos reais na relação do sujeito consigo mesmo e com seu mundo social.

Palavras-chave: psicanálise; narrativas; discurso; laço social; contemporaneidade.

ABSTRACT: Narrative revolutions: consideration of contemporary relevance in the subject and in psychoanalysis. This article addresses the narrative modifications that have occurred in the realm of civilized sexual morality and its intersections with race and colonial history, as well as their impacts on the production of subjectivities. We refer to “narratives” as the ways in which certain readings and interpretations of the subject’s relationships with their own body and with the Other are made present – often unconsciously – in the social bond. Viewing psychoanalysis as a practice, a theory, and an investigative method of psychic subjectivity, the goal is to investigate the place and function of such narratives, their fictional structure, and their real effects on the subject’s relationship with themselves and their social world.

Keywords: psychoanalysis; narratives; discourse; social bond; contemporaneity.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4414-2023-022>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons (cc by 4.0)

“O mundo não dá voltas, ele capota”. Essa tirada espirituosa tem sido bastante evocada nos últimos anos, dando expressão humorística à impressão, vívida e vivida, do impacto das mudanças pelas quais nosso ambiente social e nosso mundo discursivo têm passado. Com ela, podemos nos referir a diversos âmbitos da vida, mas normalmente reconhecemos aí nossa surpresa diante de novas formas de se conceber o estar no mundo hoje, efeito dos abalos sísmicos político-ideológicos a que estamos sujeitos. Ainda ontem, por exemplo, ríamos abertamente das piadas racistas e homofóbicas proferidas pelo grupo “Os Trapalhões” na década de 80. Hoje, felizmente, envergonhamo-nos disso e reconhecemos os efeitos excludentes e segregativos de tais impropérios.

O modo como se está no mundo e se concebe o lugar de si como sujeito, em seu contexto e história, modifica-se sempre; em alguns momentos, no entanto, se percebe com mais nitidez a amplitude de tais modificações, que são morais, sociais, culturais e discursivas. Elas impactam, e são impactadas, pelas formas narrativas legitimadas em nosso laço social e que ganham o estatuto de “lugar comum” no subtexto, inconsciente, que escreve nossa existência subjetiva.

As diversas disciplinas que compõem o campo das humanidades lidam de modo diverso com essas alterações, considerando a partir de suas metodologias próprias os efeitos discursivos impressos pela passagem qualificada do tempo. Na psicanálise, pensamos poder afirmar, vivemos uma das maiores crises de sua história. Quase um século e meio nos separam das primeiras descobertas e formulações freudianas; pouquíssimo tempo para um campo de prática, pesquisa e teoria que revolucionou o saber sobre o humano e o pensamento sobre a cultura. Sua especificidade discursiva e metodológica tem, ainda, certamente, muito a contribuir com suas leituras da cultura, dos laços sociais e do sujeito, e com a produção de experiências implicadas em uma ética do desejo. Contudo, se a dissonância, o lacunar e o contraditório fazem parte da constituição interna da epistemologia psicanalítica, por outro lado, há certos impasses que merecem atenção e retificação.

Referimo-nos aqui ao quanto as importantes mudanças que mencionamos acima fazem nosso mundo e nossa subjetividade, hoje, diferirem significativamente daqueles do tempo de Freud, e mesmo de Lacan. Essas modificações históricas e culturais não são simples de serem apreendidas, mesmo que suas evidências estejam por toda parte e possam ser facilmente enumeradas. Se pensarmos, por exemplo, na moral sexual civilizada, devemos considerar os impactos derivados da legitimação de casamentos homoeróticos e das alterações nas identidades de gênero, isto é, aspectos jurídicos, mas também sociais e discursivos, que afetam diretamente o modo como o/a/e sujeito/a/e¹ concebe seu lugar no mundo e difere significativamente daquilo que era o comum na relação do/a/e sujeito/a/e com o sexo e a sexualidade há pouco mais de duas décadas apenas. Isso sem mencionar, evidentemente, as grandes modificações que datam de há recém uns 50 anos na forma de se conceber o lugar das mulheres na cultura ocidental.

Além das notórias modificações na moral sexual, podemos e devemos incluir as mudanças, talvez até mais recentes, relativas aos embates raciais e o reconhecimento do quanto o racismo antinegros, pardos e indígenas está entre nós e nos habita. A leitura contemporânea acerca dos processos coloniais, marca indelével do início da modernidade, está nisso diretamente implicada, produzindo interpretações e suspensões narrativas de modo inédito. Tomemos, a título de exemplo, a tese de Dussel (1993) – e que tem encontrado eco na própria psicanálise (p. ex. GUERRA, 2021) – segundo a qual a força fundadora do *cogito* cartesiano deve-se, em parte ao menos, à convicção do conquistador europeu de ser o portador da razão e da verdade a ser levada ao novo mundo. Logo, em lugar do “*ego cogito*”, “*ego conquiro*”. Ou, segundo as palavras do autor: “O ‘Eu-conquistador’ é a proto-história da constituição do *ego cogito*; chegou-se a um momento decisivo de sua constituição como subjetividade, como ‘vontade de poder’” (DUSSEL, 1993, p. 49).

O ineditismo contemporâneo na consideração de tais processos não deixa de ser surpreendente: há muitos e muitos anos, feministas, pessoas LGBT e racializadas se organizam e denunciam sua condição subalternizada. Estudiosos e estudiosas destas pautas, e dos temas descoloniais, há décadas, séculos em alguns casos, já produzem narrativas – teóricas, políticas, literárias – que apresentam de forma elaborada, erudita e com qualidade estética, diversas questões que estão envolvidas nestes temas.

A novidade, ao que parece, é o modo como estas narrativas têm sido acolhidas de modo mais pregnante no laço social – com efeitos institucionais, jurídicos, educativos e morais – e, em particular, no que aqui nos interessa destacar, têm podido ser escutadas pela comunidade de psicanalistas. É neste ponto que identificamos a crise contemporânea no cerne do movimento psicanalítico que indicamos acima. As respostas têm sido diversas, divergentes e, muitas vezes, se aliam às reações conservadoras, em particular no que concerne aos embates no âmbito da sexualidade. A psicopatologização das mudanças culturais², e em particular dos sujeitos que aderem a elas, é um dos aspectos mais danosos deste modo de resposta, reproduzindo no âmbito do discurso psicanalítico uma estratégia própria às disciplinas normativas e ideologias reacionárias.

¹ Acompanhamos e celebramos o esforço de vários atores/as de movimentos sociais para desmontar o poder masculinista presente no uso corrente da linguagem. Contudo, para facilitar a leitura, manteremos ao longo do texto o uso da norma culta da língua, deixando aqui demarcado nosso posicionamento.

² A reação fóbica e conservadora de muitos psicanalistas franceses às modificações propostas pelo *Pacte Civil de Solidarité* (PACS) que legislou a favor da constituição de famílias homoeróticas na França, no final dos anos de 1990, é a evidência mais clara desta tendência. Neste mesmo sentido, mais recentemente, em 2018, houve um movimento que recolheu numerosas assinaturas de psicanalistas e intelectuais franceses contra o “descolonial”, que eles consideravam uma estratégia hegemônica e nociva.

É fundamental, portanto, que se possa escutar e considerar, no exercício da psicanálise e em sua transmissão, estas modificações culturais e seus impactos na produção de subjetividades. Isso implica, claramente, em poder estar aberto a uma renovação da própria teoria psicanalítica, de modo a torná-la operativa no âmbito político-ideológico contemporâneo e em seus efeitos subjetivos.

Uma das consequências mais imediatas destas modificações refere-se ao modo como se produzem as narrativas, entendendo por este termo os meios – discursos, textos e subtextos – através dos quais se compartilham no laço social certas leituras e interpretações sobre as relações do sujeito com o corpo próprio e com o Outro. Trata-se, particularmente, de considerar as diversas versões do que chamamos, na psicanálise, de “teorias sexuais infantis”, “romances familiares”, “fantasia fundamental” ou ainda, de modo mais genérico, o modo peculiar de constituir as formas de “contar-se a si mesmo” (COSTA, 1998) e que tem por base as condições discursivas a partir das quais se constroem, falando de forma bastante genérica, as nossas “ficções identitárias”.

Sabemos, por exemplo, o quanto é caro à psicanálise o trabalho com produções literárias que reconhecemos como um modo de expressão que transcende em muito a psicologia de seu autor/a. O que um/a escritor/a é capaz de transformar em texto é antes uma arquitetura discursiva e inconsciente, uma estrutura de fantasia – tal como demonstra Freud na leitura de *Gradiva* e Lacan no seminário sobre *A carta roubada*, para situar apenas dois nobres exemplos.

O que não é nada simples de precisar, a nosso juízo, é a influência ideológica de um dado período histórico na composição destes cenários e dessas estruturas (JAMESON, 1992). E, mais ainda, o interesse que a psicanálise teria na leitura da presença destes elementos relativos a uma certa contingência histórica que traz a marca dos jogos de poder de sua época. Consideramos, não obstante, que a atualidade das mudanças indicadas acima – na legitimidade da diversidade de posições no campo sexual e nos enredos biopolíticos, de modo geral, e seu potencial impacto efetivo sobre os sujeitos – demandam uma escuta diferenciada das ficções que nos constituem.

Narrativas contemporâneas

Partindo destas inquietações – referidas de modo ainda bastante preliminar – indicaríamos, como questões diretas deste trabalho, o estudo do impacto das modificações contemporâneas sobre as referidas narrativas, especialmente aquelas que se encontram no cerne do debate político contemporâneo e que fazem vacilar as margens modernas que delimitam os lugares de legitimidade e os de alteridade e/ou de subalternidade. Por “impacto”, entendemos os efeitos subjetivos que tais mudanças produzem.

Se, por exemplo, o enredo sobre as origens não é mais (ou, ao menos, não apenas) sustentado pelo modelo da família nuclear burguesa, que tem nas figuras da mãe, do pai e dos filhos os lugares marcados *a priori* e estabelecidos com base em diferenças anatômicas e geracionais, como o sujeito hoje se conta e que efeitos isso produz em si e no laço com o outro/Outro? Filhos/as/es de casais homossexuais, transsexuais ou não-binários, assim como as gestações produzidas a partir de processos de inseminação artificial, tal como indicado por Perelson (2010), afetam os modos de constituir uma narrativa de si, de suas origens e da sua construção fantasística?

Estas questões são aqui indicadas com mera função alusiva; elas precisariam ser desenvolvidas a partir de casos concretos. Importa-nos, porém, neste momento, em primeiro lugar, perguntar, de modo mais genérico, o quanto e de que modo há de fato uma modificação nas narrativas e como se poderia auferir seus efeitos, que são ao mesmo tempo subjetivos, sociais e políticos. Além disso, concebendo a psicanálise como uma prática, uma teoria e um método investigativo da subjetividade psíquica, pesquisar acerca dos efeitos produzidos pelas modificações político-ideológicas implica também em repensar a própria constituição da estrutura da teoria psicanalítica – sua forma de apreender o sujeito e suas relações com a realidade. Podemos nos perguntar, entre outras coisas, o quanto e de que forma tais narrativas, sua estrutura ficcional e seus efeitos reais na relação do sujeito consigo mesmo e com seu mundo social participam da teorização proposta pela psicanálise. Haveria de reconhecer-se, então, a depender da resposta, à força da premência na atualização e retificação na própria teoria psicanalítica de modo a que esteja à altura da subjetividade contemporânea, suas expressões de sofrimento e das soluções sintomáticas encontradas.

O gesto inaugural da psicanálise se constituiu, como é bem conhecido, na importância reconhecida por Freud à realidade psíquica. Independente dos determinantes somáticos/orgânicos e dos acontecimentos factuais, a vida psíquica é regida por um universo de enredos e fantasias que, se não são completamente alheios aos fatos em sua objetividade suposta, têm alto grau de independência dos mesmos, possuindo suas próprias balizas. É assim que Freud declina da suposição de que as pacientes histéricas haviam sido abusadas sexualmente na infância para a leitura das teorias sexuais infantis e do complexo de Édipo. De objeto-vítima de uma queixa, a psicanálise outorga ao sujeito o lugar de autor desta narrativa, com toda gama de conflitos implicados na dinâmica das pulsões e dos desejos.

Das muitas críticas proferidas a este modo de proceder que inaugura o campo psicanalítico – muitas delas facilmente refutáveis –, destacaríamos duas leituras que incidem de modo interessante na atualidade da consideração desse fundamento. O primeiro foi formulado ainda na década de 70 pela psicanalista feminista Juliet Mitchell (1975; 1988), ao indicar que faltou a Freud a leitura crítica da sociedade sexista e misógina em que aquelas mulheres viviam. Ela refere então que, apesar disso – e apesar dele mesmo, poderíamos acrescentar –, Freud conseguiu fazer uma descrição das condições de produção subjetiva de um certo modelo de feminilidade e de seus impasses. Ou seja, dizendo de outro modo, aquilo que ele pretendia atribuir a uma dinâmica psíquica histórica, ou neurótica, pode-se entender hoje, a partir de seus próprios

instrumentos, como decorrente de uma dialética na qual a opressão social patriarcal tinha papel fundamental. Isto não invalida o fato de que a queixa determine efetivamente uma posição histórica e precise ser escutada e analisada desde este lugar de implicação subjetiva, sem, no entanto, desconsiderar a complexidade de seu contexto político-ideológico.

Tania Rivera (2023) segue este mesmo fio interpretativo, designando a cena de sedução atribuída por Freud aos desejos edípicos das jovens meninas como “cena de estupro”, indicando assim o que Freud não conseguiu escutar. Essa segunda leitura crítica, bem mais recente, que trazemos aqui, destaca o caso Dora como exemplar do desconhecimento seletivo do psicanalista ao não perceber a violência a que sua jovem paciente havia sido efetivamente submetida na relação com o amigo de seu pai, o senhor K. Mais do que o apaixonamento homossexual de Dora pela Sra. K, como propõe Freud (1905/2016), podemos suspeitar que tenha sido a cumplicidade do psicanalista com o patriarcado, e o sexismo que ele assim reproduziu, que levou Dora a interromper sua análise (RIVERA, 2023).

Os argumentos destas duas autoras, Mitchell e Rivera, nos interessam sobremaneira quando propomos considerar o modo como, por um lado, as narrativas produzem posições subjetivas e, por outro, como lidamos com elas, as apreendemos e interpretamos. Primeiro, consideramos, como Mitchell (1975; 1988, p. 66 e ss.) indica, a necessidade de localizar o escopo discursivo no qual as referidas narrativas – fantasias, enredos, novelas familiares ou infamiliars etc. – se situam, o que implica em colocá-los em perspectiva em relação às condições sociais e materiais de sua produção. Em segundo lugar, a importância de situar, no endereçamento da transferência, a atualização destas condições, acompanhando aqui os efeitos dos argumentos de Rivera (2023), sem o qual se tenderia a naturalizar uma dada “posição feminina”, por exemplo.

As questões que daí decorrem para a atualidade e para a psicanálise são enormes. O objeto em questão no debate, qual seja, o desconhecimento freudiano acerca da misoginia e sexismo vigentes em seu tempo, nos interessam como alerta dos equívocos que os analistas podem seguir sustentando ao não levar em conta as condições reais de opressão presentes nas queixas e demandas dos pacientes. Mas, além disso, interessa-nos considerar o quanto a forma mesma de produção dessas narrativas implica, *ao mesmo tempo*, 1) as condições impostas pelo discurso – no qual os sujeitos são sempre objetos ou “vítimas” de uma cena antecipada pelo Outro – e 2) o lugar de agente e autor da narrativa pelo próprio sujeito, ou seja, com uma implicação de seu desejo nesta produção, como indicava Freud.

Segundo nossa leitura, é disso que se trata na perspectiva propriamente psicanalítica de apreensão dos efeitos dos discursos – e das narrativas que sustentam – no sujeito. Já há muitos anos, indicávamos uma leitura que implicava considerar estes dois aspectos como relativos à produção mesma da clivagem do sujeito.

Como dissemos naquela ocasião:

[...] uma narrativa das origens não é nem individual, nem social. Ela situa-se no ponto de encontro entre a clínica social e a psicopatologia individual. Trata-se de uma escolha forçada, que estabelece o princípio da conjunção alienante em que sujeito e Outro se sobrepõem. A construção da ‘realidade psíquica’ diz respeito à forma pela qual cada sujeito vai dar conta da singularidade de seu lugar na estrutura que o precede e à qual ele *ek-siste*. Trata-se, pois, da possibilidade da construção de um lugar e um nome ao sujeito da enunciação, a construção ficcional de um Eu (“Je”) narrador. É neste ponto que podemos reconhecer a incidência da operação de separação. (POLI, 2003, p. 84).

Dirigíamos, naquela época, nosso trabalho à clínica com adolescentes e visávamos considerar esse tempo da constituição subjetiva no cerne das operações de alienação-separação (LACAN, 1964/1988). Para tanto, buscávamos analisar as condições discursivas que permitiam ao jovem a construção de uma autoria, em nome próprio, de seus próprios enredos e fantasias.

Algo disso permanece em nossas preocupações investigativas que apresentamos aqui, neste breve artigo, mesmo que agora voltadas a outros condicionantes. As populações minorizadas, ou subalternizadas socialmente, padecem de uma posição similar à do *infans* (sem fala), raiz do infantil, enquanto posição objetalizada e emudecida diante do Outro. A saída desta posição por parte dessas pessoas implica em assumir uma narrativa em nome próprio, o que não se faz sem um movimento de revolta e separação em relação ao Outro, que permita ao sujeito a sua subversão (cair do lugar de objeto).

Esse movimento altera a posição do sujeito, no singular do “si mesmo” e no plural do grupo ao qual ele pertence e com o qual se identifica, mas modifica também as próprias condições discursivas estabelecidas no campo do Outro. É isto que, segundo nos parece, estamos vivenciando hoje, com as consequências bem-sucedidas das reivindicações dos grupos minoritários, tanto pelas pautas sexuais como as raciais e descoloniais.

É urgente investigar como estes processos estão se dando, que resistências têm a eles se oposto – dentro e fora do campo psicanalítico – e quais seus efeitos na psicopatologia do sujeito e na clínica do laço social.

As ficções identitárias

O processo de alienação/separação desenvolvido por Lacan (1964/1988) no seminário sobre os conceitos fundamentais da psicanálise é efetivamente um elemento-chave para nossas interrogações acerca da atualidade e seus efeitos de sujeito e, conseqüentemente, no corpus conceitual da psicanálise. Em relação ao debate contemporâneo sobre a propriedade ou não da utilização do termo “identidade”, tendo em vista a crítica ao estatuto imaginário e, portanto, ilusório, desta, acompanhamos a posição de Soler, para quem “é preciso apreender que, sob o problema das identificações, é o tema da identidade que atravessa todo o ensino de Lacan, do início ao fim” (SOLER, 2018, p. 15). E, logo em seguida: “Quando

Lacan diz que a análise visa à diferença absoluta, [...] o que é esta fórmula senão uma fórmula de identidade radical na sua diferença e na sua estabilidade?”.

Soler vai então desenvolver uma importante diferenciação que orienta nossas reflexões: a diferença entre uma identidade de alienação – a identidade dos atributos sociais – e outra de separação. Esta última é o tipo de identidade à qual visa uma análise, aquela que sustenta o traço da singularidade de cada sujeito. Ambas, no entanto, acrescentaríamos, são igualmente produções ficcionais que organizam um terreno discursivo. A diferença fundamental estaria – dizendo de modo talvez muito simplificado – em que a identidade alienada positiva o sujeito em uma condição exterior aos seus próprios atributos. Ele é designado pelo Outro com tais e tais qualidades e, enquanto tal, se reifica na moldura especular proposta.

Tal designação feita pelo Outro, no entanto, é algo bastante complexo, posto que inclui um corpo narrativo que faz laço. Sem essa identidade primeira, sem uma atribuição de qualidades que permita uma localização subjetiva em relação aos significantes mestres de uma cultura, não há ponto de partida para um sujeito dividido ou subvertido, sujeito da enunciação propriamente dito, poder se instituir.

Interessa-nos, portanto, apreender e descrever os textos discursivos nos quais se dispõem estes significantes mestres. Freud os designava *esquemas filogenéticos*, incluindo nestes as fantasias originárias (cena primária, fantasia de sedução e complexo de castração [FREUD, 1915/2010; 1915-1917/2014; 1918/2010]). Em parte, segundo ele, a dinâmica psicopatológica e conflitiva de um sujeito poderia advir em função da não confirmação do esquema pela experiência de vida, como já examinamos em outro trabalho sobre o caso do Homem dos Lobos (POLI, 2014, p. 243 e ss.).

De modo geral, em uma leitura menos marcada pelos traços da biologia organicista, ainda presentes em Freud, podemos reconhecer nos chamados esquemas filogenéticos os fundamentos simbólicos, imaginários e reais de uma dada cultura. Eles se expressam fundamentalmente através das narrativas compartilhadas, de modo mais ou menos consciente em um laço social, e que tocam os pontos de Real, impossíveis de se constituírem como um saber referenciado. Ou seja, são aqueles textos – míticos, literários ou, em uma palavra, ficcionais – que mantêm o laço e concedem alguma consistência ao estar no mundo junto com outros.

Já o processo de separação, tal como concebido por Lacan, permite a emergência de uma posição efetiva de autoria e autorização subjetiva, o que implica em se sacar do lugar objetual ocupado no texto compartilhado, como personagem de uma história que não é de sua própria pena, mas, ao mesmo tempo, podendo se servir dela.

A fantasia e seus atravessamentos

Os elementos indicados conduzem nossas indagações ao lugar da fantasia e de suas narrativas fundamentais. Como referimos acima, Freud partia de três fantasias fundamentais – quais sejam, a cena primária, a fantasia de sedução e o complexo de castração – como textos de base que constituem a Outra cena, o inconsciente. Lacan fez o esforço, bastante conhecido para quem se orienta pelo seu trabalho, de “matematizar” (tornar “matema”) tais funções subjetivas, como a fantasia, inscrevendo sua fórmula no grafo do desejo: $\$ \diamond a$ (LACAN, 1957-1958/1999; 1960/1998).

Tal fórmula é propositadamente esvaziada de narrativa, podendo ser diversamente ocupada pelo discurso. O modo como tal ocupação ou corpo narrativo se dá não é, no entanto, anódino.

Podemos, por exemplo, introduzir a pesquisa destes elementos perguntando sobre a formulação freudiana acerca da fantasia *Bate-se numa criança* (FREUD, 1919/2010). Ela não compõe a tríade das fantasias originárias indicadas por Freud, mas ocupa uma função bastante específica na relação do sujeito com o Outro, em relação ao masoquismo originário, elaborado enquanto tal apenas ao final da sua obra. Além das questões econômicas e metapsicológicas evidentes nesta formulação, temos também sua relação com a leitura proposta por Freud acerca dos laços sociais.

Em o *Mal-estar na cultura*, ele é bastante direto quando refere que:

[...] o próximo não é apenas um possível ajudante e um possível objeto sexual, mas também uma tentação para se satisfazer nele a agressão, explorar sua força de trabalho sem recompensá-lo, usá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apropriar-se de seus bens, humilhá-lo, causar-lhe dor, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1930/2010, p. 123-124).

E, na sequência, assina embaixo da proposição hobbesiana “*homo homini lupus*” (“o homem é o lobo do homem”), clamando pela experiência de vida e pelo conhecimento da história dos povos para justificar tal assertiva. E, sim, ela parece verdadeira com base também em nossa experiência e história, o que não deveria nos impedir, porém, de interrogar sua força de necessidade, sua determinação inequívoca, como parece ter sido adotada de forma irrefletida por boa parte da comunidade psicanalítica.

Conforme referimos acima, se podemos hoje seguir a leitura de Dussel, segundo o qual o mito de fundação da modernidade estabelecido pelo racionalismo cartesiano precisa ser relido e considerado também em sua função do domínio e subalternização de um Outro colonizado (e marcado por determinantes biopolíticos, como sexo e raça), é preciso colocar como questão se o desconhecimento prévio de tal relação não seria determinante de uma naturalização suposta a uma pulsão de domínio, e/ou a um masoquismo originário.

No âmbito das ficções filosóficas, a moral apresentada por Hobbes é apenas uma das versões do caráter político do

contrato social. Freud a adota no contexto de uma Europa entreguerras. Certamente que não estamos em melhor situação agora, em termos culturais, mas acreditamos ser possível, e necessário, questionar que outras narrativas da construção do laço social poderiam ser possíveis, mesmo considerando as dinâmicas pulsionais implicadas. Nosso intuito com estes questionamentos é desnaturalizar um argumento bastante comum entre psicanalistas: o de que, sendo a agressividade algo inerente à condição humana, não haveria alternativas senão partir desta premissa e buscar soluções culturais sublimadas etc. O risco é a essencialização de um certo “princípio de subalternização”, assim denominado por nossa própria conta e risco, embutido no exercício da pulsão agressiva ou mortífera.

Há algo, tanto na base deste argumento freudiano quanto nas leituras decorrentes, que seria preciso qualificar e atualizar, e que se aproxima de outras naturalizações que pressupõem uma narrativa nem sempre explícita. Referimo-nos àquelas que propõem a feminilidade como um pressuposto também naturalizado de uma certa posição subjetiva. Tanto em relação à pulsão de domínio como em relação ao feminino – entre outras –, há um subtexto, um discurso inconsciente, diríamos, do qual a psicanálise freudiana tem autoria.

O quanto essas “fantasias culturais”, se pudermos chamá-las assim, são interpretações da cultura realizadas por Freud, e o quanto elas são, como “construções da fantasia”, inscrições de uma narrativa que ainda precisa ser atravessada, é o tipo de questão que precisamos considerar em uma “psicanálise porvir”. Vale o mesmo para suas versões singulares enunciadas no trabalho clínico, como no “bate-se em uma criança”, que – assim como Rivera (2020, 2023) tem proposto reconsiderar em relação à descrição freudiana do complexo de castração – seria preciso ampliar o foco e olhar desde outros ângulos e perspectivas que permitam contingenciar suas versões.

Trabalho semelhante tem sido feito também no campo da filosofia. De modo exemplar, temos o surpreendente artigo de Buck-Morss (2011) que indica algo de um desconhecimento seletivo na influência que a revolução e independência haitiana teve na escrita da “Fenomenologia do Espírito” de Hegel e na composição da famosa figura do Senhor e do Escravo, como ela consegue demonstrar. Isso não impediu, evidentemente, que o filósofo mantivesse em muitas de suas obras um argumento eurocêntrico e, fundamentalmente, racista. Não obstante, a consideração deste aspecto histórico e, em certa medida, circunstancial, permite aceder a uma leitura que ultrapassa em muito o academicismo clássico que costuma ser a chave prioritária de leitura da filosofia hegeliana. E isso tem claros efeitos político-ideológicos na interpretação e transmissão de seus textos e de sua obra.

Podemos, em sentido homólogo, nos perguntar qual seria o efeito sobre a obra de Lacan se ele também considerasse o “*Ego conquiro*” atribuído por Dussel na enunciação das meditações de Descartes. Uma indagação semelhante foi colocada por Santner em relação à leitura freudiana do caso Schreber. Segundo as próprias palavras do autor: “a interpretação freudiana do caso estruturou-se em torno de uma negação radical de sua própria implicação nesse arquivo cultural [misógeno e anti-semita]” (SANTNER, 1997, p. 130).³ Como é bem conhecido, o caso Schreber serve de base à teoria freudiana segundo a qual o delírio paranóico se estrutura pelo recalque de pulsões homoeróticas. Tal argumento volta a ser repetido, futuramente, em outros textos do psicanalista (p. ex. FREUD, 2015/2010), não podendo, portanto, ser entendido como um equívoco pontual. É claro que há várias outras importantes e frutíferas teses desenvolvidas por Freud no texto sobre Schreber e que sustentam ainda hoje uma clínica possível das psicoses; mas seria preciso também explicitar que certos argumentos, como este, são simplesmente errados e, sobretudo, derivados de um viés ideológico que o psicanalista adotou de modo acrítico.

O mais importante, segundo nos parece, não é provocar um revisionismo histórico, mas produzir uma chave de leitura metodológica que possa demonstrar os nefastos efeitos de certas elisões contextuais. E, ademais, não ficar constantemente à espera – e, na sequência, assumir uma posição defensiva – de qual feminista, antropólogo ou filósofo na ocasião virá nos “chamar a atenção” para nossos próprios determinantes ideológicos. No caso específico desta interpretação freudiana acerca das supostas fantasias homossexuais dos/as paranóicos/as, a história “não escrita” da exclusão de candidatos homossexuais da formação analítica na IPA (BULLAMAH, 2020) é apenas um dos traços mais cruéis e duradouros, efeito de uma narrativa ideológica que assume como factual a parceria entre disposição sexual e psicopatologia.

Inconclusões metodológicas

No importante estudo sobre história e psicanálise, Michel de Certeau apresenta como uma possível definição de ficção “o texto que declara sua relação com o lugar singular de sua produção” (CERTEAU, 2011, p. 75). Também no campo da história, assim como na psicanálise, portanto, não se trata de conceber a ficção por oposição à realidade, tal como mentira se opõe à verdade. Esta seria a leitura do discurso da ciência que visa a apagar o sujeito e supor um texto objetivo, sem diferença para com o real de que ele busca construir a fórmula.

A ficção, no sentido apreendido por Certeau, é o texto que inclui seu autor, não necessariamente “a pessoa” de um autor, mas o lugar enunciativo desde o qual aquele texto, aquela narrativa, se escreve.

É este o passo que seria preciso que fosse dado também no âmbito das produções psicanalíticas. Ainda vigora entre nós, principalmente no campo lacaniano, um procedimento de estudo e transmissão que se aproxima mais de uma exegese de leitura de textos fundadores do que a devida atenção àquilo ao qual eles mesmos se propõem: o de serem uma teoria

³ Importante assinalar, para fins de precisão, que nesta passagem de seu livro, Santner está trabalhando a leitura proposta por Santer Gilman no livro *Freud, race and gender* (Princeton University Press, 1993) com a qual ele concorda.

da clínica ou do sujeito. Se “a verdade tem estrutura de ficção”, como afirmou diversas vezes Lacan (p. ex. 1955/1998, p. 19), é preciso reconhecer nosso próprio lugar como participante dessa estrutura e figurando, como personagem e/ou como endereço, no enredo que inclui a carta/letra que procuramos encontrar. Que isso não signifique a impossibilidade de uma reflexão crítica acerca dessas estruturas; pelo contrário, implica, certamente, no reconhecimento da dificuldade aí colocada, posto que não se trata de produzir uma metateoria, essa, sim, fadada à exequibilidade apenas pela via do engodo.

Seria preciso ainda, para tanto, retomar a complexa relação entre o campo das materialidades sociais com a produção narrativa das ficções subjetivas e culturais. Este aspecto é bem mais complexo e exige um estudo teórico, conceitual, que permita elucidar, e talvez corrigir, o modo como a psicanálise intervém nessa dialética. Temos autores de referência, internos e externo ao campo psicanalítico, como Jameson (1992), Zizek (2017), Kehl (2008) e Mitchell (1975; 1988) – apenas para citar alguns que temos, pessoalmente, em alta conta – que adotam uma leitura de base marxiana, sustentando as condições sociais e materiais como base para as produções, digamos, superestruturais da linguagem. Em estudos futuros, gostaríamos de cotejar essa proposta com a leitura lacaniana dos discursos (LACAN, 1969-1970/1992), de modo a avaliar suas diferenças e aproximações.

Consideramos que tais reflexões de método são fundamentais para o avanço da psicanálise e sua atualização no contemporâneo.

Recebido em: 30 de setembro de 2023. **Aprovado em:** 20 de novembro de 2023.

REFERÊNCIAS

- BUCK-MORSS, S. Hegel e Haiti. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 90, p. 131-171. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000200010>. Acesso em: 25 maio 2023.
- BULLAMAH, L. C. *História de uma regra não escrita: a proscricção da homossexualidade no movimento psicanalítico*. 2 ed. São Paulo: Zagodoni ed., 2020.
- CERTEAU, M. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.
- COSTA, A. *A ficção do si mesmo: interpretação e ato em psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- DUSSEL, E. *1492- O encobrimento do outro (a origem do “mito da modernidade”)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- FREUD, S. *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 359-389. (Obras completas, 8)
- FREUD, S. *Análise fragmentário de uma histeria (o “caso Dora”)* (1905). São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 173-320. (Obras completas, 6)
- FREUD, S. *História de uma neurose infantil (“o Homem dos Lobos”)* (1918). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-160. (Obras completas, 14)
- FREUD, S. *O escritor e a fantasia* (1908). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 325-338. (Obras completas, 8)
- FREUD, S. *O romance familiar do neurótico* (1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 419-424. (Obras completas, 8)
- FREUD, S. *Sobre as teorias sexuais infantis* (1908). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 390-411. (Obras completas, 8)
- GUERRA, A. A psicanálise em eclipse decolonial. In: GUERRA, A.; GOES, R.; LIMA, V. *A psicanálise em eclipse decolonial*. São Paulo: n-1 edições, 2021, p. 253-281.
- JAMESON, F. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MITCHELL, J. *Psychanalyse et féminisme*. Paris: Ed. des femmes, 1975.
- MITCHELL, J. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.
- POLI, M.C. *Clínica da exclusão*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.
- POLI, M. C. Os tempos do sujeito e do Outro: narração, discurso e pulsão. *Revista Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2003.
- RIVERA, T. Para dissecar o falo: fetiche, violência e sedução. *Lacuna: uma revista de psicanálise*. São Paulo, n. -14, p. 2, 2023.
- SANTNER, E. *A Alemanha de Schreber: uma história secreta da modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- SOLER, C. *Rumo à identidade*. São Paulo: Aller Editora, 2018.
- ZIZEK, S. *Interrogando o real*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

Maria Cristina Poli
mccpoli@gmail.com